

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 033/2021
MODALIDADE (L.10.520/02): PREGÃO Nº. 013/2021 FORMA: PRESENCIAL
TIPO (Art. 45, § 1º 8.666/93): MENOR PREÇO, tendo como critério de julgamento o menor valor do GLOBAL.

PREÂMBULO

O Município de Catuji - MG, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na cidade de Catuji - MG, na Praça Getúlio Vargas, nº 21, Centro, inscrito no CNPJ sob o Nº: 26.218.636/0001-06 por intermédio do Pregoeiro nomeado pelo Decreto nº 010/2021, de 01 de janeiro de 2021, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial - Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos das Leis Federais Nº 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Federal Nº 8.538/2015, Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores, Decreto Municipal Nº 479/2007 (que regulamenta a modalidade pregão), Decreto Municipal 336/2015 (regulamenta o SRP) para o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA, MELHORIA E MODERNIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DESTES EDITAL, certame que se regerá pelas disposições legais aplicáveis e condições fixadas no presente instrumento convocatório.

I - DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL:

DIA: 18 de maio de 2021

HORA: 08:00 horas

LOCAL: Sala de Reuniões de Licitações na Prefeitura Municipal de Catuji-MG, na Praça Getúlio Vargas, nº 21, Centro. Se não houver expediente nessa data, os envelopes serão recebidos no primeiro dia útil subsequente.

Os horários mencionados neste Edital referem-se ao horário de Brasília.

II - DO OBJETO

2.1 É objeto da presente licitação o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA, MELHORIA E MODERNIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DESTES EDITAIS.

2.2 A presente contratação será fiscalizada e gerenciada em especial pelo Setor de Compras vinculado ao Departamento de Obras.

2.3 Integrantes do processo:

2.3.1 **Órgão Gerenciador:** Município de Catuji.

2.3.2 **Detentora da Ata de Registro de Preços:** Empresa prestadora do serviço, de acordo com as especificações e condições estipuladas no Edital do Pregão Presencial.

2.3.3 **Órgão Não Participante/Carona:** Órgão ou entidades da administração pública não contempladas no quantitativo registrado que, nos termos da cláusula XIII deste edital, faça adesão à ata de registro de preços.

III - CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão as pessoas jurídicas que:

3.1.1 Atendam a todas as exigências deste edital, inclusive quanto à documentação constante deste instrumento e seus Anexos, bem como as vedações previstas no art. 9º da lei 8666/93;

3.2 Não poderão participar os interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionem no País, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar pelo Município de Catuji.

3.3 As empresas que desejarem participar deste Pregão deverão no dia, hora e local estabelecido neste edital, proceder ao credenciamento, entregar ao Pregoeiro os envelopes separados e lacrados, respectivamente, a “PROPOSTA COMERCIAL” e “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO” parte externa o nome do Pregoeiro, nome da empresa, nome e número da modalidade, data e hora da realização do certame. Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes.

3.4 DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

3.4.1 A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:

3.4.2 Para obterem tratamento diferenciado e simplificado na licitação, os licitantes deverão comprovar a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparadas mediante a apresentação de DECLARAÇÃO conforme ANEXO VII sob pena de não aplicação dos efeitos da Lei Complementar nº. 123/2006. (AS REFERIDAS DECLARAÇÕES DEVERÃO ESTAR FORA DOS ENVELOPES)

3.4.3 Poderá o licitante apresentar envelope através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por representante não credenciado, ficando a licitante obrigada a apresentá-los até a hora e data estabelecida no preâmbulo, e na forma prevista neste Edital;

3.4.4 As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

3.4.5 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado, as mesmas, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

3.4.6 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 3.4.5. Implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

3.4.7 Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada e desde que a melhor oferta inicial não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.4.8 Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) Sorteio entre as empresas classificadas;

b) Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea "a" deste subitem, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 3.4.7, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontre no intervalo estabelecido no subitem 3.4.7, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

3.4.9 - ESTA LICITAÇÃO É PREFERENCIAL ÀS MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE CONFORME DISPÕE NO ART. 48 DA LEI 123/06.

3.4.9.1 A participação nesta licitação nos itens cujo valor total seja inferior a R\$80.000,00 (oitenta mil reais) é preferencial às Microempresas ME, Empresas de Pequeno Porte EPP ou equiparadas do ramo pertinente ao objeto licitado, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/06.

3.4.9.2 Na classificação para disputa global, havendo constatação da existência de no mínimo 3(três) Microempresas ME, Empresas de Pequeno Porte EPP ou equiparadas do ramo pertinente ao objeto licitado, sendo estas empresas competitivas, o pregoeiro aplicará os benefícios da LC 123/06 desclassificando as empresas de grande porte no item da disputa, assim sucessivamente.

3.4.9.3 Os itens serão de ampla concorrência quando não existirem no mínimo 3(três) Microempresas ME, Empresas de Pequeno Porte EPP ou equiparadas, competitivas, localizadas local ou regionalmente.

3.5 Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma licitante.

3.6 A observância das vedações deste item é de inteira responsabilidade do licitante, que pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

3.7 A participação neste certame implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste Instrumento Convocatório.

3.8 Nos termos do Art. 49 da Lei Complementar 123/06 e Decreto Federal Nº 8.538/2015 não se aplica o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte indicados nos Artigos 47 e 48 da LC 123, quando:

a) não houver um mínimo de 3 (três) prestadores de serviços competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

b) o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

IV - DO CREDENCIAMENTO (EORA DOS ENVELOPES)

4.1 O representante legal da licitante deverá, no horário indicado no preâmbulo deste Edital, apresentar-se ao Pregoeiro para efetuar seu credenciamento como participante deste Pregão, munido da sua carteira de identidade, ou de outra equivalente, e do documento que lhe dê poderes para manifestar-se durante a reunião de abertura dos envelopes **“Proposta”** e **“Documentação”** relativa a este Pregão.

4.1.1 Considera-se como representante legal qualquer pessoa habilitada pela licitante, mediante Estatuto/Contrato social, ou instrumento público/particular de procuração, ou documento equivalente.

4.1.2 Entende-se por documento credencial:

a) Certificado de Condição de Micro empreendedor Individual, quando couber;

b) Cópia do Registro Comercial no caso de empresa individual ou Estatuto/Contrato social, quando a pessoa credenciada for sócia, proprietária, dirigente ou assemblhada da empresa licitante, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

c) Procuração ou documento equivalente da licitante com poderes para que a pessoa credenciada possa manifestar-se em seu nome em qualquer fase deste Pregão;

4.2 O documento deverá dar plenos poderes ao credenciado para formular ofertas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interpor recurso, renunciar ao direito de interposição de recursos, enfim, para praticar em nome da licitante todos os atos pertinentes a este Pregão, conforme modelo contido no Anexo III;

4.3 Cada credenciado poderá representar apenas uma licitante;

4.4 O representante legal da licitante que não se credenciar perante o(a) pregoeiro(a) ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, de renunciar ao direito de interposição de recursos, enfim, para representar a licitante durante a reunião de abertura dos envelopes "Proposta" ou "Documentação" relativos a este Pregão, nesse caso, a licitante ficará excluída da etapa de lances verbais.

4.5 Os documentos de credenciamento deverão vir autenticados ou deverão vir acompanhados dos originais para autenticação pelo(a) pregoeiro(a) e/ou equipe de apoio.

4.6 Na abertura da sessão, deverá ser apresentado a Declaração dos interessados ou seus representantes de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, ao teor do que dispõe o art. 4º, inciso VII, da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, podendo obedecer ao modelo do ANEXO IV e, se não o fizer, deverá conter todos dados informativos necessários.

4.7 Caso o documento de credenciamento e/ou as declarações que estejam, por equívoco, junto aos envelopes lacrados, o pregoeiro autorizará a abertura dos envelopes em sessão pública para retirada da declaração oportunidade em que após a retirada da declaração na presença de todos, o envelope será novamente lacrado.

4.7.1 Na ausência de alguma declaração, estando a empresa devidamente representada e havendo poderes para que o preposto firme declarações, o Pregoeiro buscando preservar o interesse público e ampliar a concorrência autorizará que a licitante firme em sessão pública declarações de próprio punho.

V. DA IMPUGNAÇÃO E DAS SOLICITAÇÕES DE ESCLARECIMENTO

5.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão.

5.2 A impugnação deverá ser encaminhada exclusivamente para o e-mail licitacao@catuji.mg.gov.br, em formato de texto (extensão.doc), no horário de 07h às 13h.

5.2.1 O recebimento da impugnação deverá ser confirmado pelo licitante que a encaminhar. Os pedidos encaminhados após o horário estipulado (após as 13 horas) passarão a ter seu prazo computado somente a partir das 7 horas do próximo dia útil.

5.3 O pedido de impugnação deverá conter, de forma clara e explícita, as seguintes informações:

5.3.1 Número do pregão presencial impugnado;

5.3.2 Nome da Empresa impugnante;

5.3.3 Razões da impugnação;

5.3.4 Nome do signatário da impugnação;

5.3.5 Dados da empresa impugnante.

5.4 Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

5.5 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

5.6 Não será reconhecida a impugnação quando vencido o prazo de interposição.

5.7 Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da Sessão Pública, poderá ser apresentada solicitação de esclarecimento em relação às eventuais dúvidas na interpretação do presente edital e seus anexos,

5.8 Aplicam-se às solicitações de esclarecimento as mesmas disposições contidas nos subitens 5.2 e 5.3 deste edital.

5.9 A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

VI - DA PROPOSTA COMERCIAL

No envelope de proposta deverá conter os dizeres conforme indicado à seguir:

A/C DA PREGOEIRA DAIANE COIMBRA FERREIRA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
ENVELOPE 1 – “PROPOSTA COMERCIAL”
PREGÃO PRESENCIAL N.º 013/2021
DATA: 18/05/2021 - ÀS 08:00 HORAS.

6.1.1 A proposta deverá ser digitada utilizando-se a PLANILHA ELETRÔNICA GERADA PELO SISTEMA DE COMPRAS DA MEMORY, e quando da abertura da sessão, na fase de recebimento das propostas, a licitante deverá apresentar a planilha preenchida com as mesmas informações indicadas na proposta impressa.

6.1.1.1 O desatendimento à cláusula 6.1.1, poderá ensejar em desclassificação do licitante, salvo se apresentada justificativa aceita pelo pregoeiro e equipe de apoio.

6.1.2 A empresa deverá apresentar a proposta impressa em papel timbrado da Empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, suas folhas devem estar rubricadas e a última assinada pelo seu representante legal, nome do proponente, número do CNPJ da Empresa, endereço. Deverão constar a proposta:

a) Especificação dos produtos/serviços, conforme descrições dos objetos contidos no Termo de Referência - Anexo I;

b) Preço unitário e total, em moeda nacional;

b.1). Em caso de divergência entre o preço por ITEM e o total, prevalecerá o de menor preço, do mesmo modo que prevalecerá o valor expresso por extenso sobre o valor numérico.

b.2) Em caso de divergência entre a proposta eletrônica (6.1.1) e a proposta impressa (6.1.2), prevalecerá o disposto na proposta escrita.

b.3). O Pregoeiro efetuará as correções necessárias no momento do lançamento para fins de julgamento dos lances.

c) Deverá ser apresentada declaração do licitante ou do seu representante legal, garantindo que os preços cotados na proposta ou no lance que venha formular são valores aptos, satisfatórios e suficientes para atendimento da execução do objeto licitado, podendo ser conforme o ANEXO V DECLARAÇÃO DE PREÇOS.

6.2 A simples participação neste certame implica em que:

6.2.1 Estão aceitas todas as condições estabelecidas neste Pregão;

6.2.2 A licitante vencedora compromete-se a executar os serviços, objeto desta licitação em total conformidade com as especificações da ordem de serviço e em conformidade com este Edital.

6.2.3 A Proposta Comercial deverá ter validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.2.3.1 Caso esse prazo não esteja expressamente indicado na Proposta Comercial, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.

6.2.3.2 Decorridos 60 (sessenta) dias da data do recebimento das propostas, sem convocação para a contratação, os licitantes ficam liberados dos compromissos assumidos.

6.2.4 A execução dos serviços será de acordo com a necessidade da Secretaria solicitante observando ao que dispõe no Termo de Referência do presente Edital, sendo que a Ata de Registro de Preços terá validade de 12 meses contados a partir de sua assinatura.

6.2.5 No caso de omissão na proposta, considerar-se-á que as suas especificações serão as que constam do objeto deste edital.

6.2.6 Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, ou seja, 60 (sessenta) dias, poderá ser solicitada prorrogação da validade das mesmas a todos os licitantes classificados, por igual prazo, no mínimo, caso persista o interesse desta Administração.

6.2.6.1 A prorrogação da validade das propostas, caso solicitada, nos termos do subitem anterior, dependerá do consentimento dos licitantes quanto à respectiva proposta.

VII - DA HABILITAÇÃO

7.1 No envelope de habilitação deverá conter os dizeres conforme indicado a seguir:

A/C DA PREGOEIRA DAIANE COIMBRA FERREIRA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
ENVELOPE 1 – “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”
PREGÃO PRESENCIAL N.º 013/2021
DATA: 18/05/2021 - ÀS 08:00 HORAS.

7.1.1 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original³, ou qualquer processo de cópia autenticada através de cartório competente, ou por servidor da administração pública, ou publicação em órgão da imprensa oficial ou de cópias, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo(a) Pregoeiro(a) ou sua equipe de apoio.

7.2 O licitante deverá apresentar os seguintes Documentos para habilitar-se na presente licitação:

7.2.1 REGULARIDADE JURÍDICA

7.2.1.1 Certificado de Condição de Micro empreendedor Individual, quando couber;

7.2.1.2 Registro Comercial, no caso de empresa individual;

7.2.1.3 Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social e seus aditivos em vigor⁴, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade de ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores;

7.2.1.4 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

7.2.1.5 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.2.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

7.2.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

7.2.2.2 Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual. Lei 8666/93, art. 29, II;

7.2.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

7.2.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;

7.2.2.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;

7.2.2.6 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

7.2.2.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho⁵, mediante a apresentação de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII- A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.2.3 DECLARAÇÃO DE CARATER GERAL

7.2.3.1 Declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, sob as penas da lei, firmada pelo representante legal da empresa, conforme Anexo VI;

7.2.4 QUALIFICAÇÃO ECONOMICA-FINANCEIRA E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.2.4.1 Certidão Negativa de Falência e Concordata emitida pelo Poder Judiciário da sede da licitante ou órgão equivalente, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data da sessão.

7.2.4.2 Comprovação de registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente;

7.2.4.3 Para capacitação técnico-profissional, atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), expedida(s) pela entidade profissional competente, que comprove(m) a execução pelo Responsável Técnico indicado para o serviço, de serviços pertinentes e compatíveis com o objeto licitado, devendo constar, no mínimo, a execução dos serviços de iluminação de campo de futebol, itens 3.1, 3.2, 3.7 e 3.8 do termo de referência, e serviços de iluminação de natal, itens 4.1, 4.2 e 4.3 do termo de referência, permitindo o somatório de certidões, devendo constar da certidão ou ser informado pelo licitante o endereço do contratante e do local de execução dos serviços, de forma a permitir possível diligência;

7.2.4.4 Declaração de disponibilidade de pessoal técnico especializado para integrar a equipe que executará os serviços objeto da licitação, assinada pelo representante legal da empresa, conforme modelo do Anexo XII, devendo fazer parte da equipe:

a) 1 (um) engenheiro elétrico e 1 (um) engenheiro agrônomo, registrado na entidade profissional competente, detentor da Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) apresentada para habilitação, que participará dos serviços e responderá como responsável técnico;

b) 1 (um) engenheiro elétrico e 1 (um) engenheiro agrônomo, registrado na entidade profissional competente, com experiência profissional comprovada em supervisão de serviços de natureza compatível com o objeto licitado, devendo realizar, quando necessário, visita(s) no Município de Catuji, se inteirando das condições de execução do serviço e promovendo as alterações necessárias;

C) A licitante devesse comprovar através de atestado, que atende os requisitos da Lei Federal nº 7.404/2010, que estabeleceu para as normas de execução da política de resíduos sólidos, através de instituição credenciada pelo MMA Ministério de Meio Ambiente; seja aderente ao programa federal de logística reversa, no que tange ao descarte ecologicamente correto, sem depender do poder público, referente a destinação de lâmpadas de vapor de sódio, Vapor de mercúrio e mista.

Obs.1: O(s) profissional(is) deverá(ao) ser sócio(s), proprietário(s), empregado(s) ou contratado(s) do licitante na data da assinatura do contrato.

Obs. 2: Um único profissional poderá atender aos quesitos indicados em “a” e “b” e, sendo assim, o responsável técnico deverá realizar, quando necessário, visita(s) no Município de Catuji, se inteirando das condições de execução do serviço e promovendo as alterações necessárias, e mantendo contato com o Fiscal do contrato durante sua execução.

Obs. 3: Poderá ser admitida a substituição do profissional indicado pelo licitante como responsável técnico para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional de que tratam os subitens 7.2.4.3 e 7.2.4.4, “a” por profissional detentor de comprovada técnica profissional equivalente ou superior à apresentada para habilitação, desde que a substituição seja solicitada formalmente e aprovada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CATUJI.

7.2.5 Na ausência de documentos constantes do item 7.2.2, deste título, o(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio poderão consultar os sites dos órgãos emissores para sua emissão, juntando-os aos autos.

7.2.6. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação.

7.3 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

7.4 As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.4.1 Conforme dispõe no art. 42 da Lei Complementar 123/06 a licitante será considerada habilitada para efeito da assinatura do contrato, portanto somente assinará o contrato a licitante que apresentar regularidade fiscal e trabalhista e assim procederá o Município:

- a) Em ata de sessão pública conceder 05(cinco) dias úteis somente prorrogáveis após manifesto do interessado;
- b) Adjudicação e homologação com ressalvas pois a Contratação estará condicionada ao cumprimento do que dispõe no item 7.4 e no prazo previsto em Lei;
- c) Ao término do prazo indicado no item 7.4 a adjudicatária apresentando a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será convocada sessão extraordinária para decidir pela efetiva habilitação;
- c.1) A sessão poderá ocorrer no momento em que a Adjudicatária apresentar a documentação, desde que o prazo não seja superior ao limite do prazo indicado no item 7.4.
- d) O Município publicará a decisão no diário oficial do Município.

7.5 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

7.5.1 Em nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo:

- a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome e com o CNPJ da matriz;
- b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome e com o CNPJ da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.6 Os interessados poderão apresentar sua documentação através de cópias autenticadas. As cópias não autenticadas deverão vir acompanhadas dos respectivos originais para autenticação pela Comissão do Pregão. Não serão aceitos documentos em forma de "fax".

7.7 Os documentos previstos neste edital poderão ser autenticados pelo Pregoeiro ou pela equipe de apoio, no ato da abertura do envelope de documentos ou mesmo antes de iniciar a sessão do pregão.

7.7.1 Serão aceitas somente cópias legíveis;

7.7.2 Não serão aceitos documentos que estejam rasurados;

7.7.3 O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

VIII – DA SESSÃO, DOS LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 A participação nesta licitação nos itens cujo valor total seja inferior a R\$80.000,00 (oitenta mil reais) é preferencial às Microempresas ME, Empresas de Pequeno Porte EPP ou equiparadas do ramo pertinente ao objeto licitado, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/06.

8.1.1 Na classificação para disputa global, havendo constatação da existência de no mínimo 3(três) Microempresas ME, Empresas de Pequeno Porte EPP ou equiparadas do ramo pertinente ao objeto licitado, sendo estas empresas competitivas, o pregoeiro aplicará os benefícios da LC 123/06 desclassificando as empresas de grande porte no item da disputa, assim sucessivamente.

8.1.2 Os itens serão de ampla concorrência quando não existirem no mínimo 3(três) Microempresas ME, Empresas de Pequeno Porte EPP ou equiparadas, competitivas, localizadas local ou regionalmente.

8.2 Após o encerramento e identificação dos representantes das empresas proponentes, o(a) pregoeiro(a) declarará aberta a sessão do PREGÃO, observando ao que dispõe no subitem 8.2.1, oportunidade em que não mais aceitará novos proponentes, dando início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados e serão proclamados, pelo(a) Pregoeiro(a), os proponentes que apresentarem as propostas de menor preço e em seguida, as propostas até 10% superior àquela.

8.2.1 Declarada aberta a sessão pelo(a) Pregoeiro(a), o(s) representante(s) da(s) licitante(s) apresentará(o) declaração dando ciência de que cumpre(m) plenamente os requisitos de habilitação (Anexo IV), como condição para a participação na presente licitação, conforme disposto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002.

8.3 Analisadas as propostas serão desclassificadas as que:

a) Forem elaboradas em desacordo com os termos deste edital;

b) Apresentarem valores excessivos ou manifestadamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrados sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado;

b.1) Não comprovando sua viabilidade, serão considerados preços inexequíveis e a licitante terá sua proposta desclassificada;

c) Apresentarem valores unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero;

d) Apresentam proposta alternativa.

e) Apresentarem preços baseados em cotações de outro licitante Lei 8666/93, art. 40, VII c/c art 44, §2º.

8.3.1 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, será efetuado sorteio em ato público Lei 8666/93, art. 40, VII c/c art 45, §2º, 15, §4o.

8.3.2 Poderão fazer lances verbais e sucessivos, desde que presentes, o autor da proposta de menor preço e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, pela ordem decrescente de classificação, até a proclamação do vencedor.

8.4 Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, pela ordem decrescente de classificação até a proclamação do vencedor.

8.5 Não poderá haver desistência dos lances apresentados, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.6 O(a) pregoeiro(a) abrirá, de maneira ordenada, a oportunidade para que todos ofertem lances, a partir do autor da proposta classificada de menor preço e os demais, em ordem decrescente, respeitadas as regras deste Edital.

8.7 Não serão aceitos dois ou mais lances de igual valor, prevalecendo, nesse caso, aquele ofertado primeiro.

8.8 A desistência da proponente em ofertar lances, quando convocada pelo(a) Pregoeiro(a), implicará em exclusão da disputa do lote em questão, restando sua última oferta registrada para fins de classificação definitiva.

8.9 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

8.10 Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para essa etapa, na ordem crescente de valores, considerando-se para as selecionadas, o último preço ofertado. Com base nessa classificação, será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

a) O(a) pregoeiro(a) convocará a microempresa ou empresa de pequeno porte, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, para que apresente preço inferior ao da melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

b) A convocação será feita mediante sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do subitem anterior.

c) Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte, cujos valores das propostas, se enquadrem nas condições indicadas na alínea “a” do subitem 8.10.

d) Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem 8.10, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.11 Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o subitem 8, seja microempresa ou empresa de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.

8.11.1 O disposto no subitem 8.10 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.12. O pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, obtida com base nas disposições das alíneas “a” e “b” do subitem 8.10, ou, na falta desta, com base na classificação de que trata o subitem 8.10, com vistas à redução do preço.

8.13 Após a negociação, se houver, o pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

8.14 O pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar às licitantes a composição de preços unitários dos produtos/serviços, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessário.

8.15 Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

8.16 Para habilitação de microempresas ou empresas de pequeno porte, não será exigida comprovação de regularidade fiscal, mas será indispensável a apresentação dos documentos indicados neste Edital, devendo obrigatoriamente vincular restrições impeditivas à referida comprovação.

8.16.1 A apresentação de certidões vencidas, por si só, não comprovam restrições, devendo a licitante apresentar documentos que indiquem impossibilidade da comprovação da regularidade fiscal.

8.16.2 Para efeito de assinatura da Ata de Registro de Preços, a licitante habilitada nas condições do subitem 8.16 deste item VIII deverá comprovar sua regularidade fiscal, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

8.16.3 A comprovação de que trata o subitem 8.16 deste item VIII deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.17 Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

8.18 Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação de que trata o subitem 8.10 deste item VIII, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

8.19 DO PROCEDIMENTO EM CASO DE DESORDEM

8.19.1 No decorrer da sessão, havendo perturbação do bom andamento do certame por parte de algum(ns) licitante(s) devidamente credenciado, deverá o pregoeiro adverti-lo(s) por uma única vez, alertando-o(s) sobre a possibilidade de aplicação de sanções mais severas, lançando tudo em ata.

8.19.2 Prosseguindo a desordem, a despeito da advertência, poderá o(a) pregoeiro(a) impor a retirada do(s) licitante(s) do certame, recinto, mantendo a proposta para fins de classificação.

8.19.3 O licitante não cumprindo o estabelecido no subitem 8.19.1, recusando-se acatar a ordem direta do Pregoeiro, poderá a mesma requisitar força policial, podendo ocorrer a prisão em flagrante do licitante, nos termos do art. 93, da Lei nº 8.666/93.

8.20 DA DEVOLUÇÃO DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO

a) Não havendo interposição de recurso, o pregoeiro procederá imediata devolução do envelope de habilitação da licitante, cuja proposta seja desclassificada.

b) Os envelopes pertencentes às licitantes que não restaram vencedoras do certame, serão devolvidos após a assinatura da Ata de Registro de Preços pelas licitantes que lograram êxito;

8.21 Os licitantes vencedores poderão ser intimados para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, enviarem nova proposta de preços com a adequação dos valores totais dos Itens, proporcionalmente, aos valores unitários dos mesmos, sob pena de desclassificação do Licitante.

IX DOS RECURSOS E DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

9.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começa a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, nos termos do art. 4º, inciso XVIII da Lei 10.520/2002.

9.2 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.3 Os recursos quando da aplicação das penalidades previstas no capítulo IX deste edital, poderão ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

9.4 DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

9.4.1 São pressupostos de admissibilidade do recurso:

9.4.1.1 A legitimidade;

9.4.1.2 O interesse de recorrer;

9.4.1.3 A existência de ato administrativo decisório;

9.4.1.4 A tempestividade;

9.4.1.5 A forma escrita;

9.4.1.6 A fundamentação;

9.4.1.7 O pedido de nova decisão.

9.4.2 É legitimado para interpor recurso qualquer Licitante, no curso da Licitação.

X- DO PROCESSAMENTO DO RECURSO

10.1 Interposto o recurso, o pregoeiro e Equipe de Apoio, verificando a presença dos pressupostos de admissibilidade, determinará o seu processamento. Desatendido algum dos pressupostos, inadmitirá o recurso.

10.2 Admitindo o recurso, ao Pregoeiro e Equipe de Apoio comunicarão o ato imediatamente aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 03 (três) dias úteis.

10.3 Os recursos serão dirigidos ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou nesse prazo fazê-lo subir à autoridade superior, devidamente informado, para decisão, que também será proferida naqueles mesmos prazos.

10.4 Os recursos deverão ser feitos por escrito e protocolados na Prefeitura Municipal, aos cuidados do(a) pregoeiro(a) e Equipe de Apoio. Os recursos protocolados em local diferente do estabelecido neste edital serão rejeitados.

10.5 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.6 Os recursos quando da aplicação das penalidades previstas no capítulo XVI deste edital, poderão ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

10.7 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Sala da Comissão de Licitações/Pregão, Prefeitura Municipal de Catuji, nesta cidade de Catuji-MG, situada na Praça Getúlio Vargas, Nº 21. Bairro Centro.

XI – ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 Inexistindo interposição de recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor, e encaminhará o processo respectivo para homologação do resultado pela Autoridade Competente.

11.2 Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente procederá à adjudicação e homologação e determinará a contratação.

XII – DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 Homologada a licitação pela Autoridade Competente, o MUNICÍPIO convocará os licitantes classificados para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, assinar a Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de prestação de serviços nas condições estabelecidas, com validade 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

12.1.1 O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços indicado no subitem 12.1 poderá ser prorrogado por igual período, desde que solicitado pelo licitante e que ocorra motivo justificado aceito pela administração;

12.1.2 É facultado à Administração, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

12.2 Serão incluídos, na respectiva ata de registro de preços, respeitada a ordem de classificação, os licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, e cumpram com às demais exigências previstas no Edital e seus anexos, inclusive quanto à aprovação dos produtos/serviços a serem entregues.

12.2.1 O referido registro tem o objetivo de formar cadastro de reserva, nas hipóteses de cancelamento de registro do primeiro colocado da ata, nos casos previstos nos arts. 20 e 21 do Decreto Municipal Nº 336/2015 (que regulamenta o SRP).

12.3 Em não comparecendo, tempestivamente, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, o licitante convocado, decairá do seu direito à contratação, conforme preceitua o Art. 4º, incisos XXII e XXIII, da Lei nº 10.520/2002, incorrendo, ainda, nas sanções legalmente estabelecidas, de acordo com disposto neste edital.

12.4 A Ata de Registro de Preço vincula o licitante nela registrado a atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados pelo Município e pelos Beneficiários, observados os quantitativos estimados e demais condições nela registradas, bem como neste Edital e no anexo I Termo de Referência.

12.5 Como condição para assinatura da Ata de Registro de Preços, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação e, nos casos em que não apresentar situação regular, terá seu registro cancelado, sem prejuízo das multas previstas no edital e seus anexos e das demais cominações legais.

12.6 É permitido efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei 8.666/1993.

12.7 A contratação com os licitantes registrados será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 62 da Lei nº 8.666/93, diretamente com os interessados.

12.8 Os contratos decorrentes do SRP deverão ser assinados no prazo de validade da ata de registro de preços e deverão ser elaborados nos termos do Anexo X.

12.9 A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação para a prestação de serviço pretendida, assegurada a preferência do licitante registrado em igualdade de condições.

12.10 Disposições suplementares atinentes à Ata de Registro de preços estão expressas no Decreto Municipal Nº 336/2015 e na própria Ata Anexo VIII.

XIII - DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE - CARONA

13.1 Tratando-se de pedido realizado por órgão não participante que tenha aderido à ata de registro de preço, caberá ao prestador de serviços da ata de registro de preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos beneficiários.

13.2 As aquisições ou contratações adicionais durante a vigência da ata de registro de preços, por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 3 (três) vezes os quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.3 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, a 9 (nove) vezes o quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

13.4 O Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços deverá observar o regramento complementar para formalização do procedimento de Adesão conforme Art. 22 do Decreto Municipal Nº 336/2015 (que regulamenta o SRP).

XIV - DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

14.1 O pagamento dos valores devidos pelos produtos/serviços de interesse da Prefeitura Municipal será efetuado em até 30(trinta) dias, a partir da data da apresentação, pela DETENTORA, da Nota Fiscal, caso não haja nenhuma irregularidade ou até que a mesma seja sanada.

14.1.1. Nos termos do inciso XV do art. 78 da Lei 8.666/93, o licitante deverá cumprir a ordem de serviço ou documento equivalente, mesmo estando o Município em débito para com a Contratada, até o prazo de 90 (noventa) dias. Após esse período, poderá a mesma optar pela rescisão contratual.

14.2 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

14.3 Os preços ofertados deverão incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto da licitação.

14.4 As hipóteses excepcionais de realinhamento de preços serão tratadas de acordo com as normas específicas e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio ou alea extraordinária.

XV - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão por conta dos créditos orçamentários consignados no exercício de 2021.

XVI - DAS PENALIDADES

16.1 Nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Catuji MG pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e demais penalidades legais, a licitante que:

16.1.1 Não assinar o ata de registro de preços ou contrato dela decorrente no prazo do edital.

16.1.2 Apresentar documentação falsa;

16.1.3 Deixar de entregar os documentos exigidos para o certame;

16.1.4 Retardar, falhar ou fraudar a execução da obrigação assumida;

16.1.5 Não manter a proposta, salvo por motivo aceito pela comissão/equipe de apoio. Lei 8666/93, art. 40, VI c/c art. 43, § 6º.

16.1.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

16.2 A recusa injustificada da(s) empresa(s) em assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato dentro do prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às sanções legalmente estabelecidas.

16.3 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

16.4 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem 16.1 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

16.4.1 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

16.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

16.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observando o princípio da proporcionalidade.

16.7 Demais sanções estão descritas nos respectivos instrumentos anexos ao edital.

XVII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

17.2 O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no §1º, art. 65, Lei nº 8.666/93 e §2º, inciso II, art. 65, da Lei nº 9648/98.

17.3 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização, assim como as obrigações da Contratante e da Contratada estão previstos no Termo de Referência.

17.4 O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá releva omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da Licitação.

17.5 É facultada ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência

destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

17.6 Caso não haja expediente, ou ocorra qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será, automaticamente, transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste edital, desde que não haja comunicação em contrário do pregoeiro.

17.7 Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o MUNICÍPIO não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou resultado do processo licitatório.

17.8 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.9 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

17.10 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no MUNICÍPIO.

17.10.1 Caso a publicação em jornais não ocorra em dias úteis, excluir-se-á o dia útil seguinte.

17.11 Independente de declaração expressa, a simples participação nesta licitação implica em aceitação plena das condições estipuladas neste Edital, decaindo do direito de impugnar os seus termos o licitante que, tendo-o aceito sem objeção, vier, após o julgamento desfavorável, apresentar falhas e irregularidades que o viciem.

17.12 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização, assim como as obrigações da Contratante e da Contratada estão previstos no Termo de Referência.

18 - Quaisquer esclarecimentos sobre dúvidas eventualmente suscitadas, relativas às orientações contidas no presente Pregão, poderão ser solicitadas ao Município de Catuji, por escrito, por intermédio do Pregoeiro ou através do telefone (33) 3532-9492, no horário de 07h00min às 13h00min.

Catuji-MG, 05 de maio de 2021

Patrícia Gomes Pereira
Presidente da CPL

PREFEITURA DE
CATUJI
Construindo um Novo Tempo!
ADM 2021/2024

TERMO DE REFERÊNCIA / ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 Registro de preços para futura e eventual a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia, para execução de serviços na iluminação pública do Município, com fornecimento de todos os materiais, ferramentas e mão de obra especializada.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1 Atualmente o Município de CATUJI, possui diversos logradouros (ruas, praças e etc) necessitam de instalação de postes e luminárias, tendo assim a necessidade da instalação desses e em alguns casos os postes já possuem luminárias, mas que com o decorrer do tempo estão danificadas ou não mais funcionam havendo assim a necessidade de substituí-los. Considerando ainda que a aquisição dos materiais e serviços constantes do processo em epigrafe faz-se necessário para manutenção e conservação da rede elétrica do município, além de alterações e complementações das mesmas, de modo a favorecer a comunidade do entorno das intervenções, promovendo uma melhor qualidade de vida aos munícipes.

3. REQUISITOS

3.1 É vedada a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação de outra empresa para o fornecimento do objeto da contratação, sem que haja a devida autorização por parte da Administração.

4. ESTIMATIVA DE PREÇO E DISPONIBILIDADE DE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA A DESPESA

ITEM	UNID	QUANT	ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO DA "US"
01	US	400	Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de engenharia, melhoria e modernização da iluminação pública.	R\$3.500,00

O VALOR "US" É APENAS PARA DE CÁLCULO DOS SERVIÇOS (valor aleatório escolhido como referência para a fórmula abaixo definida baseado conforme definido do setor de obras e suas demandas anuais)

Tabela de valores para pagamento por tipo de serviços "US – unidade de serviços";

Campo 1 x campo 2 = Campo 3

Campo 1: Valor "US" (valor aleatório escolhido com referência para a fórmula);

Campo 2: Valores fixos (inalterados) para o uso do cálculo para cada item;

Campo 3: Resultado do campo 1 multiplicado pelo campo 2 (valores médio apurados através de cotação de preços de mercado);

Exemplo referente ao item 1.1:

Proposta apresentada com valor da US R\$ 3.400,00

Campo 1 x campo 2 = Campo 3

3.400,00 x 0,26 = 884,00

R\$ 884,00 (valor a ser pago para o item 1.1. da Planilha Detalhada dos Serviços)

Exemplo referente ao item 1.1:

Proposta apresentada com valor da US R\$ 3.300,00

Campo 1 x campo 2 = Campo 3

3.300,00 x 0,21 = 693,00

R\$693,00 (valor a ser pago para o item 1.1. da Planilha Detalhada dos Serviços)

PLANILHA DETALHADA DOS SERVIÇOS

MODERNIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA			CAMPO 1	CAMPO 2	CAMPO 3
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	VALOR DA "US"	VALOR FIXO DA "US"	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO
1	SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA URBANA e RURAL			POR ITEM	POR ITEM
1.1	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO LUMINÁRIA PÚBLICA LED 60W COMPLETA, INCLUINDO BRAÇO TIPO MÉDIO OU PEQUENO (PADRÃO CEMIG), FIOS, PARAFUSOS, CINTAS, RELES, BASE E CONECTORES DE PERFURAÇÃO.	UNID	R\$3.500,00	0,2562	896,8175
1.2	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO LUMINÁRIA LED PÚBLICA 60W, SOMENTE LUMINÁRIA.	UNID	R\$3.500,00	0,2070	724,3525
1.3	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO LUMINÁRIA PÚBLICA LED 80W COMPLETA, INCLUINDO BRAÇO TIPO MÉDIO (PADRÃO CEMIG), FIOS, PARAFUSOS, CINTAS, RELES, BASE E CONECTORES DE PERFURAÇÃO.	UNID	R\$3.500,00	0,2858	1000,2975
1.4	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO LUMINÁRIA LED PÚBLICA 80W, SOMENTE LUMINÁRIA.	UNID	R\$3.500,00	0,2464	862,325
1.5	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO LUMINÁRIA PÚBLICA LED 100W COMPLETA, INCLUINDO BRAÇO TIPO MÉDIO (PADRÃO CEMIG), FIOS, PARAFUSOS, CINTAS, RELES, BASE E CONECTORES DE PERFURAÇÃO.	UNID	R\$3.500,00	0,3942	1379,72
1.6	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO LUMINÁRIA LED PÚBLICA 100W, SOMENTE LUMINÁRIA.	UNID	R\$3.500,00	0,3252	1138,27
1.7	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO LUMINÁRIA PÚBLICA LED 120W COMPLETA, INCLUINDO BRAÇO TIPO MÉDIO (PADRÃO CEMIG), FIOS, PARAFUSOS, CINTAS, RELES, BASE E CONECTORES DE PERFURAÇÃO.	UNID	R\$3.500,00	0,4336	1517,6925
1.8	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO LUMINÁRIA LED PÚBLICA 120W, SOMENTE LUMINÁRIA.	UNID	R\$3.500,00	0,3646	1276,24
1.9	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO LUMINÁRIA LED PÚBLICA 150W COMPLETA, INCLUINDO BRAÇO TIPO MÉDIO (PADRÃO CEMIG), FIOS, PARAFUSOS, CINTAS, RELES, BASE E CONECTORES DE PERFURAÇÃO.	UNID	R\$3.500,00	0,5026	1759,1425
1.10	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO LUMINÁRIA LED PÚBLICA 150W, SOMENTE LUMINÁRIA.	UNID	R\$3.500,00	0,4336	1517,6925
1.11	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO LUMINÁRIA LED PÚBLICA 200W COMPLETA, INCLUINDO BRAÇO TIPO MÉDIO (PADRÃO CEMIG), FIOS, PARAFUSOS, CINTAS, RELES, BASE E CONECTORES DE PERFURAÇÃO.	UNID	R\$3.500,00	0,5747	2011,44
1.12	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO LUMINÁRIA LED PÚBLICA 200W, SOMENTE LUMINÁRIA.	UNID	R\$3.500,00	0,4954	1734
1.13	SERVIÇO DE RETIRADA DE LUMINÁRIA ANTIGA, COM OU SEM BRAÇO, INCLUINDO TRANSPORTE ATÉ LOCAL INDICADO PELO MUNICÍPIO.	UNID	R\$3.500,00	0,0495	173,4

1.14	SERVIÇO DE REINSTALAÇÃO DA LUMINÁRIA RETIRADA EM QUALQUER LOCAL DEFINIDO PELO MUNICÍPIO.	UNID	R\$3.500,00	0,0694	242,76
1.15	PROJETO, ART E CALCULO LUMINOTECNICO SE NECESSÁRIO. (POR PONTO)	UNID	R\$3.500,00	0,0118	41,2675
1.16	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA MENSAL, INCLUINDO MATERIAL (LÂMPADA, REATOR, CONEXÃO, CABOS, RELE E BASE) E MÃO DE OBRA EM TODOS OS PONTOS DE IP INFORMADOS, EM TODOS OS BAIRROS E DISTRITOS DO MUNICÍPIO. VALOR DEVE SER MULTIPLICADO PELA QUANTIDADE DE PONTOS DO MUNICÍPIO.	UNID	R\$3.500,00	0,0023	7,975
1.17	SERVIÇO DE PODA E SUPRESSÃO DE ÁRVORES DE MÉDIO E GRANDE PORTE - Conjunto de atividades técnicas com o propósito de criar condições seguras para o corte de espécies vegetais de grande porte * Isolamento da área com equipamentos adequados, cones, fita zebra e ou placas em estruturas tipo cavaletes; * Remoção de galhos, evitando danos aos equipamentos públicos e a terceiros; * Corte do tronco o mais próximo possível do solo.	UNID	R\$3.500,00	0,2771	969,85
1.18	SERVIÇO DE PODA DE GALHOS DE ÁRVORES DE MÉDIO E GRANDE PORTE PARA MELHORIA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA - Conjunto de atividades técnicas que visam adequação da arborização urbana aos equipamentos públicos, desobstrução da passagem de pedestres e veículos. Deve-se atentar as distâncias estabelecidas como limite de segurança, no caso da proximidade da rede elétrica, dois metros no caso da rede primária e um metro no caso de rede secundária	UNID	R\$3.500,00	0,0495	173,1875
1.19	SERVIÇO DE GEORREFERENCIA, CADASTRAMENTO E EMPLACAMENTO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA. VALOR DEVE SER MULTIPLICADO PELA QUANTIDADE DE PONTOS.	UNID	R\$3.500,00	0,0111	38,7125
1.20	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO E CONTROLE DE MANUTENÇÃO. VALOR DEVE SER MULTIPLICADO PELA QUANTIDADE DE PONTOS.	UNID	R\$3.500,00	0,0005	1,7325
2	SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA ORNAMENTAL EM PRAÇAS E JARDINS				
2.1	POSTE ORNAMENTAL GALVANIZADO 5 M LIVRE, 3", COM SUPORTE PARA UMA LUMINÁRIA COM BRAÇO DE 50 CM, EQUIPADO COM UMA LUMINÁRIA PÚBLICA DE LED 60W, COMPLETA, INCLUINDO TODO O MATERIAL, MÃO DE OBRA, ASSENTAMENTO E CAIXA DE PASSAGEM.	UNID	R\$3.500,00	0,4694	1642,745
2.2	POSTE ORNAMENTAL GALVANIZADO 5 M LIVRE, 3", COM SUPORTE PARA DUAS LUMINÁRIAS COM BRAÇOS DE 50 CM, EQUIPADO COM DUAS LUMINÁRIAS PÚBLICAS DE LED 60W, COMPLETA, INCLUINDO TODO O MATERIAL, MÃO DE OBRA, ASSENTAMENTO E CAIXA DE PASSAGEM.	UNID	R\$3.500,00	0,5792	2027,215

2.3	POSTE ORNAMENTAL GALVANIZADO 8 M LIVRE, CONICO, 4" PARA 3 1/2", COM SUPORTE PARA UMA LUMINÁRIA COM BRAÇO DE 1 M, EQUIPADO COM UMA LUMINÁRIA PUBLICA DE LED 100W, COMPLETA, INCLUINDO TODO O MATERIAL, MÃO DE OBRA, ASSENTAMENTO E CAIXA DE PASSAGEM.	UNID	R\$3.500,00	0,7590	2656,3525
2.4	POSTE ORNAMENTAL GALVANIZADO 8 M LIVRE, CONICO, 4" PARA 3 1/2", COM SUPORTE PARA TRES LUMINÁRIAS COM BRAÇO DE 1 M, EQUIPADO COM TRES LUMINÁRIAS PUBLICA DE LED 100W, COMPLETA, INCLUINDO TODO O MATERIAL, MÃO DE OBRA, ASSENTAMENTO E CAIXA DE PASSAGEM.	UNID	R\$3.500,00	1,0386	3635,0075
2.5	POSTE ORNAMENTAL GALVANIZADO 10 M LIVRE, CONICO, 4" PARA 3 1/2", COM SUPORTE PARA UMA LUMINÁRIA COM BRAÇO DE 1 M, EQUIPADO COM UMA LUMINÁRIA PUBLICA DE LED 100W, COMPLETA, INCLUINDO TODO O MATERIAL, MÃO DE OBRA, ASSENTAMENTO E CAIXA DE PASSAGEM.	UNID	R\$3.500,00	1,1384	3984,5275
2.6	POSTE ORNAMENTAL GALVANIZADO 10 M LIVRE, CONICO, 4" PARA 3 1/2", COM SUPORTE PARA DUAS LUMINÁRIAS COM BRAÇO DE 1 M, EQUIPADO COM DUAS LUMINÁRIAS PUBLICA DE LED 100W, COMPLETA, INCLUINDO TODO O MATERIAL, MÃO DE OBRA, ASSENTAMENTO E CAIXA DE PASSAGEM.	UNID	R\$3.500,00	1,2630	4420,5525
2.7	POSTE ORNAMENTAL GALVANIZADO 10 M LIVRE, CONICO, 4" PARA 3 1/2", COM SUPORTE PARA TRÊS LUMINÁRIAS COM BRAÇO DE 1 M, EQUIPADO COM TRÊS LUMINÁRIAS PUBLICA DE LED 100W, COMPLETA, INCLUINDO TODO O MATERIAL, MÃO DE OBRA, ASSENTAMENTO E CAIXA DE PASSAGEM.	UNID	R\$3.500,00	1,3625	4768,6275
2.8	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CABO DE ALUMINIO 10 MM XLPE OU MULTIPLEXADO, COM ELETRODUTO CORRUGADO 2", INCLUINDO RASGO EM TERRA, CALÇADA, ASFALTO, REATERRO E CONEXÕES COM CONECTORES DE PERFURAÇÃO.	UNID	R\$3.500,00	0,0038	13,2275
2.9	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CABO DE ALUMINIO 16 MM XLPE OU MULTIPLEXADO, COM ELETRODUTO CORRUGADO 2", INCLUINDO RASGO EM TERRA, CALÇADA, ASFALTO, REATERRO E CONEXÕES COM CONECTORES DE PERFURAÇÃO.	UNID	R\$3.500,00	0,0054	19,0475
2.10	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PADRÃO DE ENTRADA TIPO AEREO COM LENTE 2 X 60 A COMPLETO, INCLUINDO CAIXA DE PASSAGEM E ATERRAMENTO.	UNID	R\$3.500,00	0,8608	3012,7225
2.11	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PADRÃO DE ENTRADA TIPO AEREO COM LENTE 3 X 100 A COMPLETO, INCLUINDO CAIXA DE PASSAGEM E ATERRAMENTO.	UNID	R\$3.500,00	0,9498	3324,3825

2.12	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONTATORA BASE 50A, COMPLETA E INSTALADA.	UNID	R\$3.500,00	0,1677	586,885
3	SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO DE CAMPO E QUADRA DE FUTEBOL				
3.1	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE POSTE DT 13/300, EQUIPADO, INCLUINDO CRUZETA DE MADEIRA OU FERRO DE 3M E ELETRODUTOS DE 1" PARA DESCIDA DO CIRCUITO.	UNID	R\$3.500,00	1,3541	4739,3275
3.2	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE POSTE DT 11/300, EQUIPADO, INCLUINDO CRUZETA DE MADEIRA OU FERRO DE 3M E ELETRODUTOS DE 1" PARA DESCIDA DO CIRCUITO.	UNID	R\$3.500,00	0,9951	3482,6875
3.3	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CABO DE ALUMINIO TRIPLEX 10 MM MULTIPLEXADO, INCLUINDO CONEXÕES.	UNID	R\$3.500,00	0,0030	10,4125
3.4	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CABO DE ALUMINIO TRIPLEX 16 MM MULTIPLEXADO, INCLUINDO CONEXÕES.	UNID	R\$3.500,00	0,0040	14,0025
3.5	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PADRÃO DE ENTRADA 2 X 60A, COMPLETO, EM MURETA, INCLUINDO CAIXA DE PASSAGEM E ATERRAMENTO.	UNID	R\$3.500,00	1,1114	3889,8725
3.6	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PADRÃO DE ENTRADA 3 X 60A, COMPLETO, EM MURETA, INCLUINDO CAIXA DE PASSAGEM E ATERRAMENTO.	UNID	R\$3.500,00	1,3099	4584,4925
3.7	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PROJETOR TIPO LED, 150W, INCLUINDO CABOS 1,5 MM XLPE E CONECTORES.	UNID	R\$3.500,00	0,2580	903,0075
3.8	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PROJETOR TIPO LED, 200W, INCLUINDO CABOS 1,5 MM XLPE E CONECTORES.	UNID	R\$3.500,00	0,3275	1146,1225
4	SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO DE NATAL				
4.1	FORNECIMENTO E LOCAÇÃO DE ARVORE DE NATAL, TORRE, BALÃO E OUTROS DESENHOS DE 18 M A 20 M DE ALTURA, EQUIPADA COM CORDÕES DE LED FIXO OU PISCA PISCA, BLINDADO (VERDE, VERMELHO, AZUL, BRANCO MORNADO), COM 100 LEDS POR CORDÃO, EQUIPADA COM ESTRELAS E OUTROS DESENHOS EM MANGUEIRAS LUMINOSAS LED (VERDE, VERMELHO, AZUL E BRANCO MORNADO).	UNID	R\$3.500,00	28,5701	99995,5075
4.2	FORNECIMENTO E LOCAÇÃO DE ARVORE DE NATAL, TORRE, BALÃO E OUTROS DESENHOS DE 3 M A 5 M DE ALTURA, EQUIPADA COM CORDÕES DE LED FIXO OU PISCA PISCA, BLINDADO (VERDE, VERMELHO, AZUL, BRANCO MORNADO), COM 100 LEDS POR CORDÃO, EQUIPADA COM ESTRELAS E OUTROS DESENHOS EM MANGUEIRAS LUMINOSAS LED (VERDE, VERMELHO, AZUL E BRANCO MORNADO).	UNID	R\$3.500,00	8,1991	28696,9925

4.3	FORNECIMENTO E LOCAÇÃO DE PINACOLos, ARVORES DECORATIVAS E OUTROS DESENHOS DE 2 M A 3 M DE ALTURA, EQUIPADA COM CORDÕES ULTRALED FIXO OU PISCA PISCA, BLINDADO (VERDE, VERMELHO, AZUL, BRANCO MORNO), COM 100 LEDS POR CORDÃO E MANGUEIRAS LUMINOSAS LED (VERDE, VERMELHO, AZUL E BRANCO MORNO).	UNID	R\$3.500,00	4,7417	16595,8375
4.4	FORNECIMENTO E LOCAÇÃO DE CAIXAS DE PRESENTES E OUTROS DESENHOS DE 90 CM X 90 CM, EQUIPADA COM CORDÕES DE LED FIXO BLINDADO (VERDE, VERMELHO, AZUL, BRANCO MORNO), COM 100 LEDS POR CORDÃO E MANGUEIRAS LUMINOSAS LED(VERDE, VERMELHO, AZUL E BRANCO MORNO).CONFORME FOTO EM ANEXO	UNID	R\$3.500,00	0,3349	1172,0075
4.5	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CORDÃO DE LED FIXO BLINDADO (VERDE, VERMELHO, BRANCO MORNO, AZUL) EM TRONCO DE ARVORE, FACHADAS, PISO E OUTROS.	UNID	R\$3.500,00	0,1434	502
4.6	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FITA LED NEON BLINDADO (VERDE, VERMELHO, BRANCO MORNO, AZUL) EM TRONCO DE ARVORE, FACHADAS, PISO E OUTROS.	UNID	R\$3.500,00	0,2176	761,6525

4.1 – A administração fixa a estimativa de 400 “US”, no valor global aproximando de R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais) para 12 (doze) meses. Os valores e quantitativos são meramente estimados, podendo portanto a Administração adquirir quantidades, valores maiores ou menores, sempre dentro dos parâmetros de preços registrados

4.2 As despesas decorrentes da contratação do objeto desta termo de referencia correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Catuji para os exercícios alcança dos pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a cargo da unidade orçamentária contratante, cujos códigos das funcionais programáticas especificas constarão no respectivo Contrato ou outro instrumentos hábeis. (Art.7 §2, Decreto 7892/2013).

4.3 O agrupamento dos itens dentro do lote justifica-se por ser necessário que todos os itens sejam adjudicados a um único licitante, tendo em vista que são interdependentes, uma vez que a não execução de um deles inviabiliza a execução do outro. A adjudicação dos itens a diferentes licitantes causaria prejuízo para o conjunto e são considerados de uma mesma classe de prestação de serviço, como sendo de uma única empresa responsável por todo o objeto desta licitação em questão.

5. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

5.1 O serviço será executado na iluminação pública do MUNICÍPIO DE CATUJI.

5.2 Para a Instalação de luminárias públicas completas, luminária LED 60W, 80W ,100W, 120W, 200W, incluindo a retirada da antiga se necessário, os materiais deverão atender a Portaria n.º 20, de 15 de fevereiro de 2017 do INMETRO.

5.3 Os serviços de desmontagem das luminárias existentes e montagem das novas luminárias deverão ser executados com a utilização de cesta aérea hidráulica. Caso contrário, todos os profissionais envolvidos nesta seta pás deverão apresentar certificados validos de conclusão satisfatória do curso NR-35.

5.4 Comprovação de registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente;

5.4.1 Para capacitação técnico-profissional, atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), expedida(s) pela entidade profissional competente, que comprove(m) a execução pelo Responsável Técnico indicado para o serviço, de serviços pertinentes e compatíveis com o objeto licitado, devendo constar, no mínimo, a execução dos serviços de de iluminação de campo de futebol, itens 3.1, 3.2, 3.7 e 3.8 do termo de referência, e serviços de iluminação de natal, itens 4.1, 4.2 e

4.3 do termo de referência, permitindo o somatório de certidões, devendo constar da certidão ou ser informado pelo licitante o endereço do contratante e do local de execução dos serviços, de forma a permitir possível diligência;

5.4.2. Declaração de disponibilidade de pessoal técnico especializado para integrar a equipe que executará os serviços objeto da licitação, assinada pelo representante legal da empresa, conforme modelo do Anexo XII, devendo fazer parte da equipe:

a) 1 (um) engenheiro elétrico e 1 (um) engenheiro agrônomo, registrado na entidade profissional competente, detentor da Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) apresentada para habilitação, que participará dos serviços e responderá como responsável técnico;

b) 1 (um) engenheiro elétrico e 1 (um) engenheiro agrônomo, registrado na entidade profissional competente, com experiência profissional comprovada em supervisão de serviços de natureza compatível com o objeto licitado, devendo realizar, quando necessário, visita(s) no Município de CATUJUBÁ, se inteirando das condições de execução do serviço e promovendo as alterações necessárias;

c) A licitante deverá comprovar através de atestado, que atende os requisitos da Lei Federal nº 7.404/2010, que estabeleceu para as normas de execução da política de resíduos sólidos, através de instituição credenciada pelo MMA Ministério de Meio Ambiente; seja aderente ao programa federal de logística reversa, no que tange ao descarte ecologicamente correto, sem depender do poder público, referente a destinação de lâmpadas de vapor de sódio, Vapor de mercúrio e mista.

Obs.1: O(s) profissional(is) deverá(ao) ser sócio(s), proprietário(s), empregado(s) ou contratado(s) do licitante na data da assinatura do contrato.

Obs. 2: Um único profissional poderá atender aos quesitos indicados em “a” e “b” e, sendo assim, o responsável técnico deverá realizar, quando necessário, visita(s) no Município de CATUJUBÁ, se inteirando das condições de execução do serviço e promovendo as alterações necessárias, e mantendo contato com o Fiscal do contrato durante sua execução.

Obs. 3: Poderá ser admitida a substituição do profissional indicado pelo licitante como responsável técnico para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional de que tratam os subitens. 5.4.1 e 5.4.2, “a”, por profissional detentor de comprovada capacidade técnica profissional equivalente ou superior à apresentada para habilitação, desde que a substituição seja solicitada formalmente e aprovada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CATUJUBÁ.

6. DOS PRAZOS

6.1 De Execução e Fornecimento, quando solicitados através de ordem de serviços será da seguinte forma:

6.1.1 O prazo para cada retirada de braço de iluminação pública e a instalação de nova luminária, deverá ser executada no prazo máximo de até 5 (cinco) dias corridos;

6.1.2 O prazo de instalação para cada poste ornamental, deverá ser executado no prazo máximo de até 7 (sete) dias corridos;

6.1.3 Os serviços de poda deverá ser realizado no prazo máximo de até 10(dez) dias corridos;

6.1.4 Para os demais serviços correlatados na planilha do item 4 deste termo de referência o prazo será de até 15(quinze) dias corridos.

6.2 Os prazos acima estipulados será a partir do recebimento da respectiva Ordem de Serviço, emitida pela CONTRATANTE.

6.3 A entrega dos serviços/produtos deverá ser feita de forma parcelada e de acordo com as necessidades da PREFEITURA MUNICIPAL CATUJUBÁ, do Estado de Minas Gerais, mediante formulário próprio de Requisição de Fornecimento, emitido pelo Departamento de Compras da Prefeitura;

6.4 O prazo de garantia deverá ser igual ou superior a 03(três) anos para os módulos LED e de 01(um) ano para os serviços de instalação contados a partir da data do recebimento definitivo do objeto. 7.1.1. O prazo de atendimento, na vigência da garantia será de até 10 (dez) dias corridos contados do recebimento do chamado, caso seja diagnosticado defeito/falha em algum dos componentes do objeto deste Termo de Referência;

7. DA GARANTIA DOS MATERIAIS E SERVIÇOS

7.1 O prazo de garantia deverá ser igual ou superior a 03(três) anos para os módulos LED e de 01(um) ano para os serviços de instalação contados a partir da data do recebimento definitivo do objeto.

7.1.1 O prazo de atendimento, na vigência da garantia será de até 10 (dez) dias corridos contados do recebimento do chamado, caso seja diagnosticado defeito/falha em algum dos componentes do objeto deste Termo de Referência;

7.1.2 A ação corretiva exigida é aquela destinada a sanar os defeitos apresentados pelos materiais fornecidos e instalados, compreendendo, entre outras coisas, a substituição dos mesmos;

7.1.3 Havendo necessidade de encaminhamento do material fornecido e instalado para qualquer outro lugar, a empresa prestadora do serviço deverá tomar todas as providências necessárias, arcando com todos os custos atinentes à retirada e devolução do material.

8. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

8.1 Observado o disposto nos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93, o recebimento do objeto desta contratação será realizado da seguinte forma:

8.1.1 Provisoriamente, assim que efetuado o fornecimento e instalação, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações;

8.1.2 Definitivamente, até 10 (dez) dias úteis da entrega, após verificação da qualidade, quantidade dos itens e da realização dos testes necessários para o seu perfeito funcionamento, se for caso, com a sua consequente aceitação.

8.2 No caso de consideradas insatisfatórias as condições do objeto recebido provisoriamente, será lavrado Termo de Recusa, no qual se Consignarão as desconformidades, devendo o objeto ser recolhido, substituído e reinstalado em conformidade com as especificações, características e exigências contidas neste Termo de Referência.

8.3 Após a notificação à contratada, o prazo decorrido até então será desconsiderado, iniciando-se nova contagem tão logo sanada a situação.

8.4 A Contratada terá prazo de até 10 (dez) dias úteis para providenciar a reparação da inconsistência do item, a partir da comunicação oficial feita pela CONTRATANTE, sem qualquer custo adicional para esta.

8.4.1 Caso a Contratada não cumpra o item anterior, estará incorrendo em atraso na execução do objeto e sujeita à aplicação das sanções previstas no Edital, no Contrato e neste Instrumento.

8.5 O recebimento provisório e definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução e dar-se-à satisfeitas as seguintes condições:

8.5.1 Objeto de acordo com as Especificações Técnicas contidas no Termo de Referência e na Proposta Comercial vencedora;

8.5.2 Quantidades em conformidade com o estabelecido na Nota de Empenho;

8.5.3 Execução no prazo, local e horários previstos no Termo de Referência.

8.6 O recebimento definitivo dar-se-à:

8.6.1 Após verificação física que constate a integridade da execução do serviço de fornecimento e instalação das luminárias e etc;

8.6.2 Após da verificação das conformidades com as quantidades e especificações constantes neste Termo de Referência e o seu perfeito funcionamento.

8.7 O recebimento definitivo não deverá exceder o prazo de 10(dez) dias úteis a contar do recebimento provisório.

8.8 Satisfeitas as exigências e condições previstas, lavrar-se-à Termo de Recebimento Definitivo, assinado por

Comissão ou Servidor designado.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Constituem obrigações/responsabilidades da CONTRATADA:

9.1.1 Apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 02 (dois) dias após a “ordem de serviços inicial”, sob pena de rescisão contratual:

9.1.1.1 Nenhum serviço será realizado sem cobertura de “ordem de serviços” previamente emitida pela PREFEITURA MUNICIPAL CATUJUBÁ.

9.1.2 Cronograma que apresente etapas/atividades detalhadas, com seus respectivos percentuais físicos, discriminando também as atividades;

9.1.3 Anotação de Responsabilidade Técnica ART, no CREA (se for o caso);

9.1.4 Cumprir dentro do prazo contratual, as obrigações assumidas;

9.1.5 Assegurar durante a execução dos serviços, a proteção e conservação dos mesmos;

9.1.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, imediatamente, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, independentemente das penalidades aplicáveis ou cabíveis;

9.1.7 Permitir e facilitar, à Fiscalização ou supervisão da CONTRATANTE, em qualquer dia e horário, devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados;

9.1.8 Obedecer integralmente o plano de segurança, conforme as Normas de Segurança do Trabalho;

9.1.9 Participar à CONTRATANTE a ocorrência de quaisquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão do serviço, no todo ou em parte, de acordo com o cronograma, indicando as medidas para corrigir a situação;

9.1.10 Executar, conforme a melhor técnica, os serviços contratados, obedecendo rigorosamente as normas da ABNT bem como as instruções, especificações e detalhes fornecidos ou editados pela CONTRATANTE;

9.1.11 Respeitar e fazer respeitar, sob as penas legais, a legislação e postura municipal sobre a execução de serviços em locais públicos;

9.1.12 Manter à frente dos trabalhos a equipe técnica indicada em sua proposta, ou a que venha ser aprovada pela CONTRATANTE na exigência de indicação, sempre liderada por engenheiro elétrico qualificado, com capacidade e poderes bastantes para representá-la perante a CONTRATANTE resolver problemas referente aos serviços em execução;

9.1.13 Manter, em bom estado, todo o equipamento necessário à perfeita execução dos serviços contratados, objetivando atender ao cronograma, à qualificação e às especificações técnicas.

9.1.14 Responsabilizar-se pela prestação de todos os serviços especificados no presente contrato, na forma e nas condições determinadas pela Administração Municipal.

9.1.15 Responsabilizar-se por todas as despesas e encargos de qualquer natureza com pessoal da sua contratação, necessários à execução do objeto contratual, inclusive encargos relativos à legislação trabalhista e quaisquer outros decorrentes dos serviços constantes do presente contrato.

9.1.16 Cumprimento integralmente de todas as normas relativas à proteção ambiental, sejam federais, estaduais ou municipais, responsabilizando-se a mesma por quaisquer penalidades decorrente de sua inobservância.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 10.1 Exercer a fiscalização e acompanhamento dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei Federal nº 8.666/1993, sendo que a presença deste servidor não eximirá a responsabilidade da CONTRATADA;
- 10.2 Proporcionar todas as facilidades a boa execução deste contrato, inclusive comunicado à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de administração e/ou endereço de cobrança;
- 10.3 Permitir livre acesso às instalações, quando solicitadas pela CONTRATADA ou por seus empregados em serviço;
- 10.4 Aplicar multa, rescindir o contrato, suspender o pagamento, caso a CONTRATADA desobedeça a quaisquer das cláusulas estabelecidas no Contrato;
- 10.5 Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre irregularidades observadas no cumprimento do Contrato;
- 10.6 Comunicar à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas de sua parte, sob pena de aplicação de sanções nos termos da Lei Federal 8.666/1993;
- 10.7 Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o prazo ora estabelecido;
- 10.8 Prestar informações e esclarecimentos necessários que venham ser solicitados pela CONTRATADA;
- 10.9 Proporcionar todas as facilidades ao bom andamento dos serviços;
- 10.10 Acompanhar a execução dos serviços, atestando os documentos das despesas, quando comprovada a execução total, fiel e correta dos serviços;
- 10.11 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as exigências do Termo de Referência;
- 10.12 Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas deste Contrato

11. GESTÃO /FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 Observado o disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666/93, a gestão/fiscalização da Ata de Registro de Preço será realizada pela Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de CATUJÁ.

12. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 O pagamento decorrente da concretização do objeto será efetuado em parcela única a cada pedido, após a comprovação da entrega definitiva do objeto nas condições exigidas e mediante atestação da PREFEITURA MUNICIPAL no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal/fatura;

12.2 A nota fiscal deverá ser emitida pela fornecedora contratada em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especificamente as de natureza fiscal;

12.3 A CONTRATANTE atestará, por servidor devidamente identificado, no documento fiscal correspondente, a entrega provisória dos materiais/serviços nas condições exigidas;

12.4 O recebimento definitivo do objeto será atestado pela PREFEITURA MUNICIPAL, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos à fornecedora contratada;

12.5 A CONTRATANTE, identificando qualquer divergência na nota fiscal, deverá devolvê-la à fornecedora contratada para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo para pagamento será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício;

12.6 O pagamento devido pela Prefeitura Municipal de CATUJÁ será efetuado por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela fornecedora contratada ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes;

12.7 Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal, a fornecedora contratada dará a Prefeitura Municipal de

CATUJI plena, geral e irrevogável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma;

12.8 Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da CONTRATADA.

13. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 A Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura, com eficácia legal a partir da publicação de seu extrato.

14. SANÇÕES

14.1 Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

a) 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do Contrato, por ocorrência;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual;

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese de a CONTRATADA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a Prefeitura Municipal de CATUJI, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

d) O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela Prefeitura Municipal de CATUJI. se os valores dos pagamentos devidos não forem suficientes, a diferença será descontada da garantia prestada ou será recolhida pela CONTRATADA no prazo máximo de 3(três) dias úteis a contar da aplicação da sanção;

e) As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

15. CONDIÇÕES GERAIS

15.1 A PREFEITURA MUNICIPAL DE CATUJI e a CONTRATADA poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da contratação, nos termos do artigo 65, inciso II, letra “d”, da Lei nº 8.666/93, por repactuação precedida de cálculo ou de demonstração analítica do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos dos critérios estabelecidos em planilha de formação de preços etendo como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral;

15.2 A PREFEITURA MUNICIPAL DE CATUJI reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isso implique alteração dos preços ofertados, obedecido o disposto no §1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

15.3 A PREFEITURA MUNICIPAL DE CATUJI reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer produto ou serviço em desacordo com o previsto neste Termo, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindir a contratação nos termos do previsto nos artigos 77 e seguintes da Lei nº 8.666/93, assim como aplicar o disposto no inciso XI do artigo 24 da referida norma, sem prejuízo das sanções previstas;

15.4 Qualquer tolerância por parte da Prefeitura Municipal de CATUJI, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela CONTRATADA, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo a Prefeitura Municipal de CATUJI exigir o seu cumprimento a qualquer tempo;

15.5 A CONTRATADA guardará e fará com que seu pessoal guarde sigilo sobre dados, informações e documentos fornecidos pela Prefeitura Municipal de CATUJI ou obtidos em razão da execução do objeto contratado, sendo vedada toda e qualquer reprodução dos mesmos, durante a vigência do ajuste e mesmo após o seu término;

15.6 Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela CONTRATADA durante a execução do objeto contratado serão de exclusiva propriedade da Prefeitura Municipal de CATUJI, não podendo ser utilizados, divulgados, reproduzidos ou veiculados, para qualquer fim, senão com a prévia e expressa autorização desta, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, nos termos da legislação pátria vigente.



ANEXO II MODELO DE PROPOSTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 033/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2021

RAZÃO SOCIAL: _____
CNPJ: _____
ENDEREÇO: _____
CIDADE: _____ CEP: _____ TELEFONE: _____

DADOS BANCARIOS (preenchimento não obrigatório):
BANCO: _____ AGENCIA: _____ CONTA: _____
NOME DO SIGNATÁRIO (para assinatura do contrato): _____
CPF: _____ IDENTIDADE: _____ ESTADO: _____ CIVIL: _____
ENDEREÇO: _____

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	Valor Unitário da US	Valor Global da US
01	Registro de preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia, para execução de serviços na iluminação pública do Município, com fornecimento de todos os materiais, ferramentas e mão de obra especializada, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I.	US	400	R\$	R\$

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$.....()

OBSERVAÇÕES:.....

Declaramos, que em nossos preços estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com mão de obra especializada ou não, encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como todos os custos necessários para atendimento às exigências e determinações do Edital; enfim, tudo o que for necessário para a entrega parcial e ou total dos materiais/serviços, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao Município.

Declaramos igualmente, que:

- Temos pleno conhecimento dos serviços a serem executados;
- Recebemos do Município de CATUJI/MG todas as informações necessárias a elaboração da nossa proposta;
- Estamos cientes dos critérios de pagamento especificados no edital, com eles concordamos plenamente;
- Obrigamo-nos, ainda, caso nos seja adjudicado o objeto, a assinar o contrato/Ata dentro do prazo estabelecido, contada da data de notificação do Município de CATUJI/MG bem como atender a todas as condições prévias a sua assinatura, sob pena das sanções cabíveis;

Declaramos ainda que esta proposta tem o prazo de validade mínima de 60(sessenta) dias.

DATA: / /

NOME
Representante Legal da Licitante

ANEXO II CARTA DE CREDENCIAMENTO

(Local e data)

À

Prefeitura Municipal de Catuji - MG A/C Pregoeiro

Referência: Pregão Presencial nº 013/2021

Prezado Senhor,

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, neste ato representada por _____ (qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo ocupado na empresa), em atendimento ao disposto no Edital do Pregão /2021, vem perante Vossa Senhoria credenciar o Sr. _____, RG _____, como representante qualificado a participar de todos os atos relativos à referida licitação, inclusive com poderes expressos para oferecer lances, apresentar e participar de sessões públicas de abertura de documentação de habilitação e de propostas, assinar as respectivas atas, registrar ocorrências, formular impugnações, interpor recursos, renunciar ao direito de recurso, nos termos do artigo 109 da Lei No 8666/93, e assinar todos os atos e quaisquer documentos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Atenciosamente.

NOME

Representante Legal da Licitante

PREFEITURA DE
CATUJI
Construindo um Novo Tempo!
ADM 2021/2024

**ANEXO IV DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE PLENAMENTE AOS REQUISITOS DE
HABILITAÇÃO**

(Local e data)

À

Prefeitura Municipal de Catuji A/C Pregoeiro (a)

Referência: Pregão Presencial nº 013/2021

Prezada Senhora,

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o N° _____, neste ato representada por _____ (qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo ocupado na empresa, RG), em atendimento ao disposto no Edital do Pregão Pregão Presencial nº 013/2021 objetivando o Registro de preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia, para execução de serviços na iluminação pública do Município, vem perante Vossa Senhoria DECLARAR que cumpre plenamente os requisitos de habilitação conforme disposto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002.

Atenciosamente.

NOME

Representante Legal da Licitante

PREFEITURA DE
CATUJI
Construindo um Novo Tempo!
ADM 2021/2024

ANEXO V DECLARAÇÃO DE PREÇOS E DE PLENO CONHECIMENTO

(Local e data) À
Prefeitura Municipal de Catuji-MG A/C Pregoeiro
Referência: Pregão Presencial nº 013/2021

Prezado Senhor,

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, neste ato representada por _____ (qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo ocupado na empresa, RG), em atendimento ao disposto no Edital do Pregão /2021, que tem como objeto, conforme especificações constantes no Anexo I deste Edital, vem perante Vossa Senhoria DECLARAR que os preços apresentados e os lances que vier a formular não são preços inexequíveis ou superfaturados estando em consonância com o mercado.

DECLARO AINDA para os devidos fins, que tenho pleno conhecimento do Edital e seus Anexos e todas as informações, das condições locais e dificuldades para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, e ainda, que aceita como válida a situação em que se encontra para a prestação do serviço a que se refere o Pregão Presencial Nº /2021. E por ser verdade, assina a presente declaração sob as penas da lei.

Atenciosamente.

NOME

Representante Legal da Licitante

PREFEITURA DE
CATUJI
Construindo um Novo Tempo!

ADM 2021/2024

**ANEXO VI DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 7º, XXXIII, DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

(Local e data)

À

Prefeitura Municipal de Catuji-MG A/C Pregoeiro
Referência: Pregão Presencial nº 013/2021

Prezado Senhor,

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, neste ato representada por (qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo ocupado na empresa), em atendimento ao disposto no Edital do Pregão /2021 e no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, vem perante Vossa Senhoria DECLARAR que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não emprega menor de dezesesseis anos.

() Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva)

Atenciosamente,

NOME

Representante legal da empresa

PREFEITURA DE
CATUJI
Construindo um Novo Tempo!
ADM 2021/2024

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Pregão Presencial nº 013/2021

A empresa, inscrita no CNPJ nº, por intermédio do seu representante legal, Sr(a).
....., CPF nº , Carteira de Identidade nº, declara, para fins de participação na Licitação acima,
sob as penas da lei, que é considerada:

() Microempresa, conforme inciso I do art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

() Empresa de pequeno porte, conforme inciso II do art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

Caso seja declarada vencedora do certame, promoveremos a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal.

Obs. Anexar esta documentação junto com os documentos de Credenciamento, para efeitos de se beneficiar do regime diferenciado previsto na Lei 123/2006.

_____, de de 2021.

Assinatura do Diretor, Sócio-Gerente ou equivalente.

Carimbo/identificação da empresa

PREFEITURA DE
CATUJI
Construindo um Novo Tempo!

ANEXO VIII MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº / 2021

PROCESSO Nº 033/2021

PREGÃO PRESENCIAL DE RP Nº 013/2021

O, inscrito no CNPJ sob o n., com sede na, Nº, Bairro,/MG, neste ato representado por sua Prefeita,, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 336/2015, que regulamenta o SRP, e demais disposições legais aplicáveis, resolve registrar os preços apresentados pela, inscrita no CNPJ sob o nº, situada na, nº, Bairro, a seguir denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, neste ato representada por seu, portador da Cédula de Identidade nº e inscrito no CPF sob o nº classificada em lugar, no Processo Licitatório nº 033/2021, na modalidade Pregão Presencial nº 013/2021, do tipo menor preço global nos termos das cláusulas e condições que seguem:

OBJETO

1.1. Constitui o presente objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA, MELHORIA E MODERNIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS, FERRAMENTAS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL.

1.2 Deverão ser respeitadas as especificações e condições da execução contidas no Edital e seus anexos, que precedeu a esta Ata de Registro de Preços, proposta vencedora que ficam fazendo parte integrante desta Ata, como se nela estivesse escrito.

II – DO GERENCIAMENTO E UTILIZAÇÃO DA ATA

2.1 O gerenciamento desta Ata caberá ao Departamento Municipal de Obras por meio do Setor de Compras, que juntamente com o responsável ou pessoa indicada pela secretaria solicitante dos produtos/serviços que efetuará o recebimento e a conferência quanto a sua correta especificação e atendimento ao item 1.2.

2.2 A presente contratação será fiscalizada e gerenciada em especial pelo Setor de Compras vinculado ao Departamento Municipal de Obras.

2.3 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, para solicitações do respectivo objeto, por todos os Órgãos da Administração direta e indireta do Município.

2.4 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

2.5 As aquisições ou contratações adicionais durante a vigência da ata de registro de preços, por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 3 (três) vezes os quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

2.6 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, a 9 (nove) vezes o quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

III - DA AQUISICAO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 As solicitações decorrentes do certame serão formalizadas pela entrega da Nota de Empenho/Ordem de Serviço ou documento equivalente para licitante vencedora pela Prefeitura Municipal de Catuji através do setor ou secretaria requerente.

3.2 As despesas decorrentes da prestação dos serviços correrão por conta da dotação orçamentárias do presente exercício e do exercício seguinte sendo aquelas descritas nas ordens de Serviços.

IV –DOS PREÇOS

4.1 Os preços a serem pagos à Detentora, serão conforme a classificação do Pregão Presencial que a antecedeu, sendo que serão os vigentes na data da “Requisição/Pedido”, independentemente da data da execução dos serviços.

4.2 Os preços referidos constituirão, a qualquer título, a única e completa remuneração pela entrega dos produtos/serviços objeto desta Ata de Registro de Preços.

4.2.1 Os serviços com seus respectivos valores registrados integram a presente Ata de Registro de Preços em seu anexo ÚNICO.

4.3 Os preços referidos constituirão, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo serviço prestado, objeto desta Ata de Registro de Preços.

V - REAJUSTES/REVISÕES DOS PREÇOS

5.1 Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato de príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado Registrado e a retribuição do Município de Catuji para a justa remuneração dos materiais/serviços, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico- financeiro inicial da Ata de Registro de Preços.

5.2 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços registrados, implicarão a revisão destes, para mais ou menos, conforme o caso.

5.3 Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo contratado Registrado, este deverá demonstrar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha (s) detalhada (s) de custos nas quais constarão a situação anterior e a situação atual que eventualmente justificarão o reajuste da Ata de Registro de Preços, bem como documentação correlata (lista de preços, notas fiscais de aquisição e de serviços) que comprovem que o registro dos preços tornou-se inviável nas condições inicialmente avençadas.

5.4 Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo Município de Catuji-MG, esta deverá comprovar o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do Registro de Preços, sem prejuízo da Municipalidade.

5.5 Fica facultado ao Município de Catuji-MG, realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores, a decisão quanto à revisão de preços solicitada pelo contratado Registrado.

5.6 A eventual autorização da revisão dos preços registrados será concedida após análise técnica e jurídica do Município de Catuji-MG, porém contemplará as entregas realizadas a partir da data do recebimento do pedido de reajuste.

5.6.1 Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, o Prestador de Serviços Registrado não poderá suspender o serviço, e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

5.6.2 Após a autorização de reajuste pelo município, será lavrado termo Aditivo com os novos preços a serem praticados.

VI - VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

VII –DA FORMA DA EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 Os serviços decorrentes do certame serão formalizadas pela entrega da Nota de Empenho/Ordem de Serviço para licitante vencedora pela Prefeitura Municipal de Catuji através do setor ou secretaria requerente.

7.2 A empresa contratada deverá executar os serviços nas condições e especificações constantes no Edital em especial o Termo de Referência e na Proposta Vencedora, que ficam fazendo parte integrante deste Instrumento como se nele estivesse escrito.

7.2.1 Havendo divergências entre a descrição do objeto constante no edital e a descrição do objeto constante na Nota de Empenho e/ou OS (Ordem de Serviço), prevalecerá, sempre, a descrição do edital.

7.3 Recebida a Ordem de Serviços a contratada/detentora deverá executar os serviços conforme prazo indicado no Anexo I Termo de Referência. Sendo o pedido realizado de acordo com a demanda da Secretaria/setor solicitante.

7.4 Todos os produtos/serviços devem atender às normas e leis vigentes.

7.5 Na execução do objeto, a Contratada/Detentora deverá manter-se em dia com todas as normas que regulam a atividade, sob pena de rescisão contratual e aplicação das penalidades cabíveis.

7.6 Todos os serviços serão recebidos e conferidos, por funcionários designados/informados pela Prefeitura Municipal de Catuji - MG, que rejeitarão os que não estiverem de acordo com a ordem de serviços quanto às especificações, quantidades e qualidade.

7.7 A Contratada/Detentora ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o produto/serviço que vier a ser recusado, sendo que o simples ato do recebimento não importará a sua aceitação.

7.7.1 No momento da entrega o serviço que apresentar qualquer imperfeição ou estar em desacordo com o solicitado deverá ser substituído no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da comunicação feita pelo setor requisitante.

7.8 - Corre por conta da detentora qualquer prejuízo causado ao produto/serviço em decorrência do transporte.

VIII - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela, ou do objeto do contrato, em caso de entrega única.

§ 1º - O pagamento será efetuado mediante apresentação da nota fiscal de venda e dar-se-á em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto contratado e a apresentação das respectivas notas fiscais.

§ 2º A existência deste certame não obriga a Administração a contratar todo o objeto dessa contratação, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao contratado do registro preferência em igualdade de condições.

8.2 Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da detentora, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

8.3 Os pedidos de pagamentos deverão vir devidamente instruídos com a seguinte documentação:

8.3.1 Cópia da requisição da prestação do serviço;

8.3.2 1ª via da Nota Fiscal ou Nota Fiscal - Fatura;

8.3.3 Fatura, no caso de Nota Fiscal;

8.3.4 Cópia reprográfica da Nota de Empenho;

8.3.5 Na hipótese de existir nota suplementar de empenho, cópia(s) da(s) mesma(s) deverá(ão) acompanhar os demais documentos.

8.4. Nos termos do inciso XV do art. 78 da Lei 8.666/93, o licitante deverá cumprir a ordem de serviço ou documento equivalente, mesmo estando o Município em débito para com a Contratada, até o prazo de 90 (noventa) dias. Após esse período, poderá a mesma optar pela rescisão contratual.

8.5. Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da detentora, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

8.6 Quaisquer pagamentos não isentarão a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação dos materiais/serviços.

8.7 Por ocasião de cada pagamento, serão efetuadas as retenções cabíveis, nos termos da legislação específica aplicável.

IX - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA/DETENTORA

9.1 Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações expressamente previstas neste instrumento, no Termo de Referência e Proposta vencedora.

9.2 Zelar e garantir a boa qualidade dos serviços prestados, em consonância com os parâmetros de qualidade fixados e exigidos pelas normas técnicas pertinentes, expedidas pelo Poder Público;

9.3 Comunicar a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o seu cumprimento, tão logo esta seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários à Contratante, em até 48 (quarenta e oito), antes do prazo previsto para a entrega;

9.4 Arcar com todos os ônus necessários a completa entrega que efetuar, incluindo o pagamento de taxas e emolumentos, seguros, impostos, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes à entrega, inclusive licença em repartições públicas, registros e demais atos pertinentes.

9.5 Permitir o acesso à documentos necessários e pertinentes pela Prefeitura e Órgão concedentes de Convênios.

9.6 Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a PREFEITURA, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir, decorrentes da execução dos serviços.

9.7 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido.

9.8 Em tudo agir, segundo as diretrizes da PREFEITURA.

9.9 Manter durante a execução do Contrato/Ata, todas as condições de habilitação exigidas para contratação, previstas na legislação em vigor.

9.10 Aceitar por parte da Administração, nas mesmas condições contratuais, realizar acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou Ata de RP, conforme estabelecido no §1º do artigo 65.

9.11 Assinar Contrato ou documento equivalente originário da Ata de Registro de Preços.

9.12 Cumprir o disposto no Termo de Referência Anexo I do Edital que fica fazendo parte integrante deste instrumento.

X - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE/PREFEITURA

10.1 Receber e conferir os serviços quando da entrega pela Contratada;

10.2 Comunicar e exigir a correção imediata de qualquer anormalidade nos serviços por ela (Contratada/Detentora) contratados.

10.3 Efetuar o pagamento de acordo com o estabelecido neste Instrumento.

10.4 Proceder, sempre que julgar necessário, a análise (teste de qualidade) dos serviços executados pela Contratada para fins de verificação de qualidade.

10.5 Notificar a Contratada/Detentora, fixando prazo para correção das irregularidades ou defeitos encontrados.

10.6 Observar o disposto no Edital do Pregão Presencial.

XI - PENALIDADES

11.1 Além das sanções previstas no capítulo IV da Lei Federal nº. 8.666/93, no Edital de Licitação que precedeu esta Ata e demais normas pertinentes, a Detentora estará sujeita às penalidades abaixo discriminadas:

11.1.1 Multa pela recusa da Detentora da Ata de Registro de Preços em assinar o Termo de Contrato, quando cabível, ou retirar a Nota de Empenho, dentro do prazo estabelecido: 20,0% (vinte inteiros por cento) sobre o valor da contratação;

11.1.1.1 Incide na mesma multa prevista no subitem anterior a detentora que estiver impedida de assinar o Termo de Contrato ou retirar a Nota de Empenho pela não apresentação dos documentos devidamente atualizados quando solicitado.

11.1.2 Multa por dia de atraso na execução dos serviços programados: 1,0% (um por cento) por dia sobre o valor da quantidade entregue com atraso, até o máximo de 10 (dez) dias; A partir desta data será considerado o atraso como inexecução parcial ou total do ajuste, conforme o caso, observado o disposto na Cláusula 9.1 desta Ata de R.P., incidindo as consequências legais e contratuais daí advindas.

11.1.3 Multa pela execução dos serviços em desconformidade com as condições desta Ata: 15% (quinze inteiros por cento) sobre o valor do serviço a ser executado, independentemente da obrigação de trocá-lo/refazê-lo.

11.1.4 Multa por descumprimento de cláusula contratual e/ou exigência da Unidade Requisitante: 1,0% (um inteiro por cento) sobre o valor da Nota de Empenho.

11.1.5 Multa pela inexecução parcial da Ata: 20,0% (vinte inteiros por cento) sobre o valor da parcela inexecutada, ou sobre o valor da quantidade executada com atraso superior a 10 (dez) dias e inferior a 30 (trinta) dias; a partir desta data será considerado como inexecução total do contrato.

11.1.6 Multa pela inexecução total da Ata: 20,0% (vinte inteiros por cento) sobre o seu valor;

11.1.7 Sanção de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Prefeitura de Catuji-MG, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, por falha ou fraude na execução do objeto do contrato.

11.2 As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

11.3 O prazo para pagamento das multas será de até 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada. A critério da Administração e em sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a mesma tenha a receber da Prefeitura Municipal de Catuji-MG. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao processo executivo.

XII - CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas da Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações, a presente Ata de Registro de Preços será cancelada, garantidos, às suas detentoras, o contraditório e a ampla defesa quando:

12.1.1 A Detentora não cumprir as obrigações constantes da Ata de Registro de Preços e da legislação, notadamente nas hipóteses de inexecução total ou parcial ou rescisão dos ajustes dela decorrentes;

12.1.2 A Detentora não formalizar o Termo de Contrato, quando cabível, decorrente da Ata de Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

12.1.3 A Detentora não aceitar reduzir os seus preços registrados na hipótese de tornarem-se superiores aos praticados no mercado;

12.1.4 Por razões de interesse público, devidamente justificado pela Administração.

12.2 A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita pessoalmente ou por outro tipo de aviso.

12.2.1 Nos casos de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

12.3 Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada nas hipóteses previstas para a rescisão dos contratos em geral.

XIII - AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DA ATA E EMISSÃO DO EMPENHO

13.1 Caberá ao Departamento Municipal de Obras, por meio do Setor de Compras, o gerenciamento, a administração e o controle do Sistema de Registro de Preços devendo proceder conforme Decreto Municipal Nº 336/2015 (que regulamenta o SRP)

13.2 A contratação e a emissão de empenho serão autorizadas, caso a caso, pelo titular da Pasta à qual pertencer a setor Requisitante, ou pela autoridade por ele delegada, ficando o setor responsável pelo cumprimento das disposições da presente Ata, bem assim da estrita observância das normas aplicáveis à matéria.

13.3 O cancelamento total ou parcial do empenho obedecerá a mesma regra.

XIV - DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para o serviço pretendido, devidamente justificada, sendo assegurada ao detentor do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

14.2 A Detentora da Ata de Registro de Preços deverá comunicar ao Departamento de Compras e Licitações, toda e qualquer alteração dos dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que a precedeu.

14.3 Fica a Detentora ciente que a assinatura desta Ata implica a aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta Ata de Registro de Preços.

14.4 A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Nº 336/2015 (que regulamenta o Sistema de Registro de preços em âmbito municipal), Lei Federal nº 8.666/93, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente aos casos omissos.

14.5 Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais, o Edital de Licitação nº ____/2021, seus Anexos e a Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial.

XV –DO FORO

15.1. Fica eleito o foro da Comarca de Novo Cruzeiro, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem de inteiro e comum acordo, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

LOCAL, DATA

Representante da Empresa
Empresa Detentora

XXXXXXXXXX
Prefeita Municipal

Testemunhas

1. _____
CPF: _____

2. _____
CPF: _____



PREFEITURA DE
CATUJI
Construindo um Novo Tempo!

ADM 2021/2024

ANEXO IX - RECIBO

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2021

NOME/RAZÃO SOCIAL:.....

CPF/CNPJ Nº:.....

ENDEREÇO:.....

CIDADE:TELEFONE:

PESSOA PARA CONTATO:.....

Senhor licitante,

Visando comunicação futura entre a Prefeitura Municipal de Catuji-MG e a licitante, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do edital e remeter ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de CATUJI-MG, por meio do fax: (33) 3532-9492 e trazer o original no dia da abertura do certame que deverá ser apresentado ao Pregoeiro juntamente com o seu credenciamento.

A não remessa do recibo exime o Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de CATUJI-MG da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Recebemos, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

CATUJI-MG, de de 2021.

ANEXO X MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE CATUJI/MG, E, DE OUTRO, COMO CONTRATADA _____, DE CONFORMIDADE COM AS CLÁUSULAS ESTABELECIDAS ABAIXO:

CLÁUSULA I - DAS PARTES E FUNDAMENTOS

1.1 - DA CONTRATANTE

O Município de CATUJI-MG, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na cidade de CATUJI, na Praça Getúlio Vargas, nº21, Centro, inscrito no CNPJ sob o N° 26.218.636/0001-06, neste ato representado por sua prefeita municipal, Sra. Maria José de Oliveira, portador do CPF nº. xxxxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado neste município.

1.2 - DA CONTRATADA

A (QUALIFICAR) sediada à (QUALIFICAR), inscrita no CNPJ sob o N.º (QUALIFICAR), neste ato representada legalmente por (QUALIFICAR), residente e domiciliado em (QUALIFICAR), portador da C.I.n.º (QUALIFICAR), inscrito no CPF sob o N.º (QUALIFICAR).

1.3 - DOS FUNDAMENTOS

1.3.1 A presente contratação decorre do Processo Administrativo Licitatório N° 033/2021 Pregão Presencial N° 013/2021, regido pelas Leis Federais 10.520/02 e 8.666/93, e pelo Decreto Municipal N° 479/2007 (que regulamenta a modalidade pregão), Decreto Municipal 336/2015 (regulamenta o SRP) e suas posteriores alterações e demais legislações aplicada ao objeto.

CLAUSULA II - DO OBJETO E DAS NORMAS DE EXECUÇÃO

2.1 - DO OBJETO

Constitui objeto principal do presente a -----, de acordo com o processo licitatório nº /2021, Pregão Presencial nº 013/2021 e seu respectivo resultado, bem como, Ata de Registro de Preços (QUALIFICAR), nas quantidades, especificações e valores descritos (QUALIFICAR).

2.2 - DA FORMA DE EXECUÇÃO

O serviço decorrente do presente contrato seguirá as normas já previamente estabelecidas no Edital do Processo Licitatório nº. 033/2021 Pregão Presencial nº 013/2021 e respectiva Ata de Registro de Preços que gerou este respectivo contrato.

CLÁUSULA III DO PRAZO, VALOR DO CONTRATO E DA FORMA DE PAGAMENTO.

3.1- DO PRAZO

3.1. O Contrato terá seu prazo de validade por doze meses, podendo, no entanto encerrar-se antecipadamente ou ser prorrogado nos termos do Art. 57, II, da Lei 8.666/93.

3.2 - DO VALOR

3.2.1 Para fins legais e contratuais, inclusive a aplicação das penalidades, o presente contrato tem seu valor global estimado em R\$. (.....) e será pago parcelado, de acordo e na proporção da efetiva execução do objeto contratual devidamente recebido. Além de outras condições estabelecidas no Edital do Pregão Presencial nº 013/2021 e seus anexos, observar-se-á, ainda:

3.2.1 A Detentora da Ata de Registro de Preços, então Contratada, será a responsável direta e exclusivamente pela execução do objeto do contrato, conforme Cláusula II (segunda) do presente contrato, e, consequentemente, responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou para terceiros.

3.3 - DA FORMA DE PAGAMENTO

3.3.1 O pagamento dos valores devidos pelos serviços será efetuado em até 30(trinta) dias, a partir da data da apresentação, pela CONTRATADA, da Nota Fiscal, caso não haja nenhuma irregularidade ou até que a mesma seja sanada.

3.3.2 Por ocasião de cada pagamento, serão efetuadas as retenções cabíveis, nos termos da legislação específica aplicável.

3.3.3 Caso venha ocorrer à necessidade de providências complementares por parte da Contratada, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

3.3.4. Nos termos do inciso XV do art. 78 da Lei 8.666/93, o licitante deverá cumprir a ordem de serviços ou documento equivalente, mesmo estando o Município em débito para com a Contratada, até o prazo de 90 (noventa) dias. Após esse período, poderá a mesma optar pela rescisão contratual.

CLÁUSULA IV - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Dotação Orçamentária: As despesas correrão por conta dos créditos orçamentários consignados no exercício de 2021.

CLÁUSULA V - DAS OBRIGAÇÕES

5.1 Além de observar todas as normas e condições previstas no Edital do Pregão Presencial nº 013/2021 e seus anexos, incumbe à Contratada manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de qualificação e habilitação exigida na licitação à qual este se encontra vinculado, bem como, executar, com eficiência, pontualidade e qualidade, o objeto contratual; arcar com todas e quaisquer despesas decorrentes do objeto contratual.

5.2 À Contratante compete, além das obrigações a que se refere este Instrumento e o Pregão nº 013/2021, efetuar o pagamento de acordo com o estabelecido neste Instrumento, e acompanhar a execução contratual através das Secretarias Municipais de CATUJUBÁ/MG.

CLÁUSULA VI - DAS MODIFICAÇÕES E/OU ALTERAÇÕES

6.1. O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração, quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei 8.666/93 com as devidas justificativas.

CLÁUSULA VII - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

7.1. A fiscalização do contrato será exercida pela Prefeitura Municipal CATUJUBÁ/MG por meio da secretaria solicitante, visando assegurar o cumprimento dos requisitos solicitados, um satisfatório equilíbrio econômico-financeiro da contratada e o atendimento dos aspectos legais em conformidade com a Lei Federal 10.520/02 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES

8.1 Recusando-se a vencedora a não executar os serviços sem motivo justificado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor atualizado do Contrato, sem prejuízo da aplicação da sanção administrativa de suspensão temporária do direito de licitar pelo prazo de até cinco anos.

8.2 Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no contrato, erros ou atrasos no cumprimento do

contrato e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a contratada as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência;

8.2.1 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 10º (décimo) dia de atraso, sobre o valor a ser pago, por ocorrência;

20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do valor do contrato, no caso de atraso superior a 10 (dez) dias, com a consequente rescisão contratual, quando for o caso;

8.2.4 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nos casos:

- a) inobservância do nível de qualidade dos materiais/serviços;
- b) transferência total ou parcial do contrato a terceiros;
- c) subcontratação no todo ou em parte do objeto sem prévia autorização formal da Contratante;
- d) descumprimento de cláusula contratual.

8.3 A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que o contratante promova sua reabilitação.

8.5 O valor das multas aplicadas deverá ser pago por meio de guia própria ao Município de CATUJI, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderá ser descontado do pagamentos das faturas devidas pelo Município, quando for o caso.

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

9.1 A rescisão do presente contrato poderá ser:

9.1.1 Determinada por ato motivado da Administração, após processo regular processo, assegurado o contraditório e ampla defesa, nos casos do artigo 78, I a XII e XVII.

9.1.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.1.3 Judicial, nos termos da legislação.

9.2 No caso de rescisão do Contrato, ficará suspenso o pagamento ao Contratado até que se apurem eventuais perdas e danos.

9.3 Haverá encerramento automático do contrato se a quantidade de bens contratados findarem antes de esgotar o prazo de vigência da avença.

CLÁUSULA X - DO FORO

10.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Novo Cruzeiro/MG para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais especial que seja.

E, por estarem justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito.

Catuji, de de 2021.

Prefeita Municipal
CONTRATANTE

Nome da empresa Nome do Representante
CONTRATADA

Testemunhas:

1. _____

2. _____

CPF: _____

CPF: _____



ANEXO XI PLANILHA ELETRONICA GERADA PELO SISTEMA DA MEMORY

FORNECIMENTO VIA PENDRIVE OU E-MAIL



ANEXO XII DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE PROFISSIONAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2021

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2021

A empresa xxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxx, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) , portador do documento de identidade nº xxxxxx e inscrito no CPF sob o nº xxxxx, DECLARA que possui pessoal técnico especializado disponível para integrar a equipe que executará os serviços objeto da licitação, devendo fazer parte da equipe:

a) 1 (um) engenheiro elétrico, 1 (um) engenheiro agrônomo, 1 (um) engenheiro civil, todos devidamente registrados na entidade profissional competente, Sr(a). xxxx, CREA nº xxxx, Sr(a). xxxx, CREA nº xxxx e Sr(a). xxxx, CREA nº xxxx, detentores de Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) apresentada para habilitação, que participará dos serviços e responderá como responsável técnico;

b) 1 (um) engenheiro elétrico e 1 (um) engenheiro agrônomo e 1 (um) engenheiro civil, registrados na entidade profissional competente, com experiência profissional comprovada em supervisão de serviços de natureza compatível com o objeto licitado, devendo realizar, quando necessário, visita(s) às dependências da Prefeitura Municipal, se inteirando das condições de execução do serviço e promovendo as alterações necessárias;

Obs.1: O(s) profissional(is) deverá(ao) ser sócio(s), proprietário(s), empregado(s) ou contratado(s) do licitante na data da assinatura do contrato.

Obs. 2: Um único profissional poderá atender aos quesitos indicados em “a” e “b” e, sendo assim, o responsável técnico deverá realizar, quando necessário, visita (s) no Município de CATUJI se inteirando das condições de execução do serviço e promovendo as alterações necessárias, e mantendo contato com o Fiscal do contrato durante sua execução.

, DE DE 2021.

PREFEITURA DE
CATUJI
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
Construindo um Novo Tempo!
ADM 2021/2024